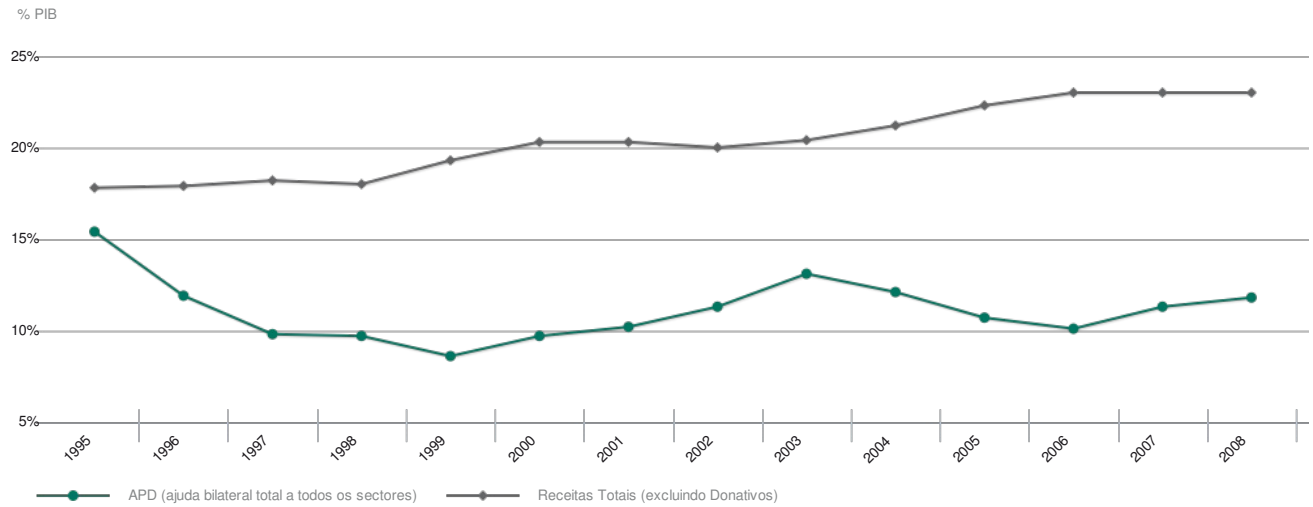
O estado da mobilização de recursos públicos em África

Esta secção apresenta uma série de factos sobre as principais tendências na mobilização de recursos públicos em África, com enfoque na cobrança de impostos, impostos per capita, impostos directos, impostos indirectos, impostos sobre o comércio e esforço fiscal. Tem por base dados recolhidos pelo inquérito conduzido pelo *PEA* em 50 países. Na altura da redacção do presente documento, os dados finais disponíveis eram de 2007.

Os impostos cobrados em África aumentaram de 22% do PIB, em 1990, para 27%, em 2007. A Figura 3 ilustra esta tendência, bem como a distância crescente entre as receitas fiscais e a APD. No entanto, uma análise mais aprofundada deste aumento demonstra que derivou, principalmente, das receitas fiscais sobre recursos naturais nos países produtores de petróleo. O desempenho de outros tipos de impostos foi bastante mais modesto, como conclui esta secção. As receitas dos impostos sobre comércio têm decrescido desde o final da década de 1990, facto que foi largamente compensado pelos impostos indirectos e impostos sobre o rendimento colectivo, bem com pelos impostos sobre recursos. Os impostos sobre o rendimento (principalmente sobre as pessoas singulares e empresas fora do sector dos recursos) estagnaram durante este período.

O crescimento médio das receitas fiscais nos países africanos durante as últimas décadas oculta diferenças significativas no desempenho de cada país. Existe uma grande dicotomia entre os países produtores e os importadores de petróleo, tanto em termos de impostos cobrados, como na estrutura do pacote fiscal vigente. A capacidade dos governos gerarem receitas fiscais através do petróleo pode desviá-los de formas politicamente mais exigentes de tributação, tais como os impostos sobre o rendimento das empresas ou outras indústrias, impostos sobre o rendimento das pessoas singulares, imposto de valor acrescentado (IVA) e impostos sobre o consumo, em comparação com países que têm níveis similares de capacidade na sua administração fiscal.

Figura 3: APD e receitas fiscais, em percentagem do PIB



Fonte: Cálculos dos autores, baseados em dados do CAD-OCDE e nos inquéritos nacionais do PEA, 2010.

StatLink http://www.doi.org

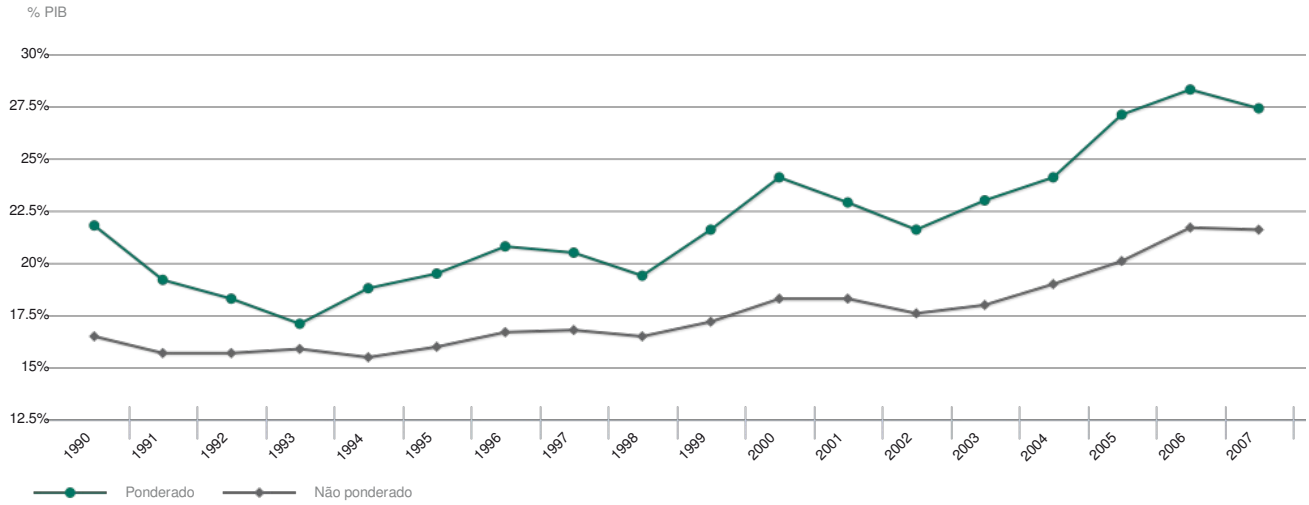
Receitas fiscais em África

O rácio fiscal representa a totalidade dos impostos cobrados em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB). O rácio fiscal médio tem aumentado, em África, desde o início da década de 1990, o que significa que muitas economias realizaram progressos significativos na cobrança de impostos. Este rácio é importante porque demonstra a quantidade de receitas fiscais estão disponíveis para o governo de um país, tendo em conta o tamanho dessa economia. A Figura 4 traça a evolução das percentagens fiscais, ponderadas e não ponderadas, para o continente africano. A média das percentagens fiscais de cada país foi calculada ponderando essa percentagem relativamente ao tamanho da sua economia. A classificação dos países africanos segundo o seu nível de rendimento mostra três tendências diferentes nos rácios fiscais[2]. A Figura 5 traça o peso dos impostos ao longo do tempo, nos países africanos, de acordo com três grupos de rendimento per capita. Os países são classificados na categoria de rendimento alto e médio se o seu rendimento per capita se situar entre os 3 856 e os 11 905 USD em 2008. O peso dos impostos neste grupo de países converge com o peso verificado nos países das OCDE, de aproximadamente 35%. Com efeito, a média não-ponderada da OCDE foi de 35,8% em

© BAfD/OCDE 2010

2007 (Bird and Zolt, 2005). Os países classificam-se no grupo de baixo e médio rendimento se o rendimento per capita baixar para um nível entre 976 e 3 855 USD, em 2008. Neste grupo, o peso dos impostos é comparável com países de outros continentes com a mesma categoria de rendimentos, ou seja, cerda de 22%. Bird and Zolt (*ibid.*) estimam que todos os países com um rendimento per capita abaixo dos 4 900 USD apresentam um peso médio dos impostos de 18,3%. Os países com baixo rendimento são aqueles que registaram, em 2008, um rendimento per capita de 975 USD ou menos; nestes países o rácio é muito menor, abaixo dos 15%.

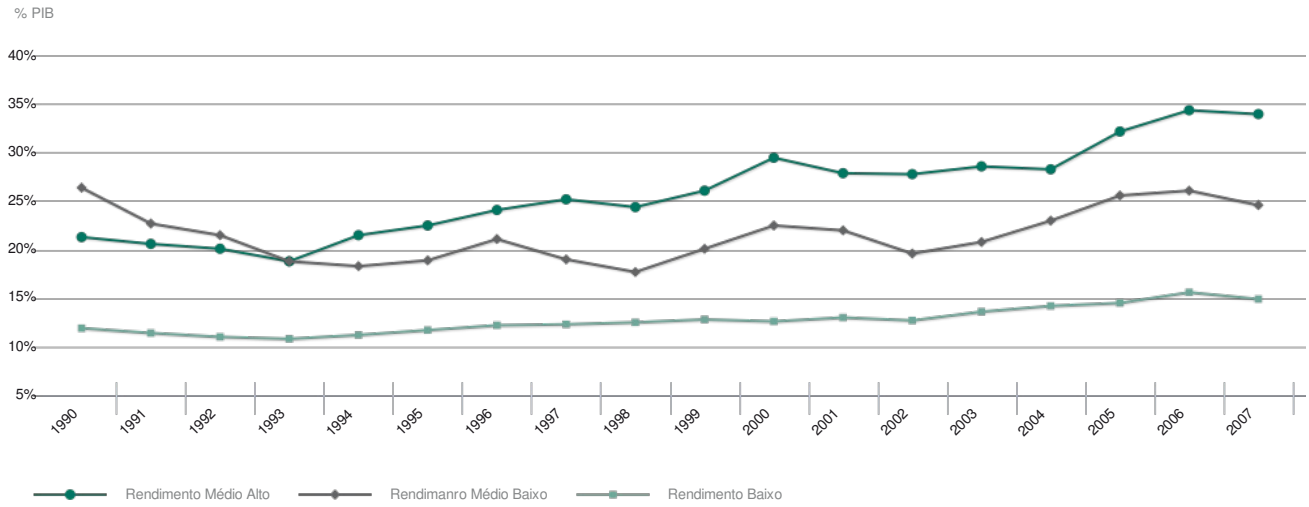
Figura 4: Peso dos Impostos no PIB 1990-2007, África



Fonte: Cálculo dos autores, baseado nos inquéritos do PEA 2010.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848161342512

Figura 5: Peso dos Impostos no PIB, 1990-2007, África



Fonte: Cálculo dos autores, baseado nos inquéritos do PEA 2010.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848184347723

Tributação per capita

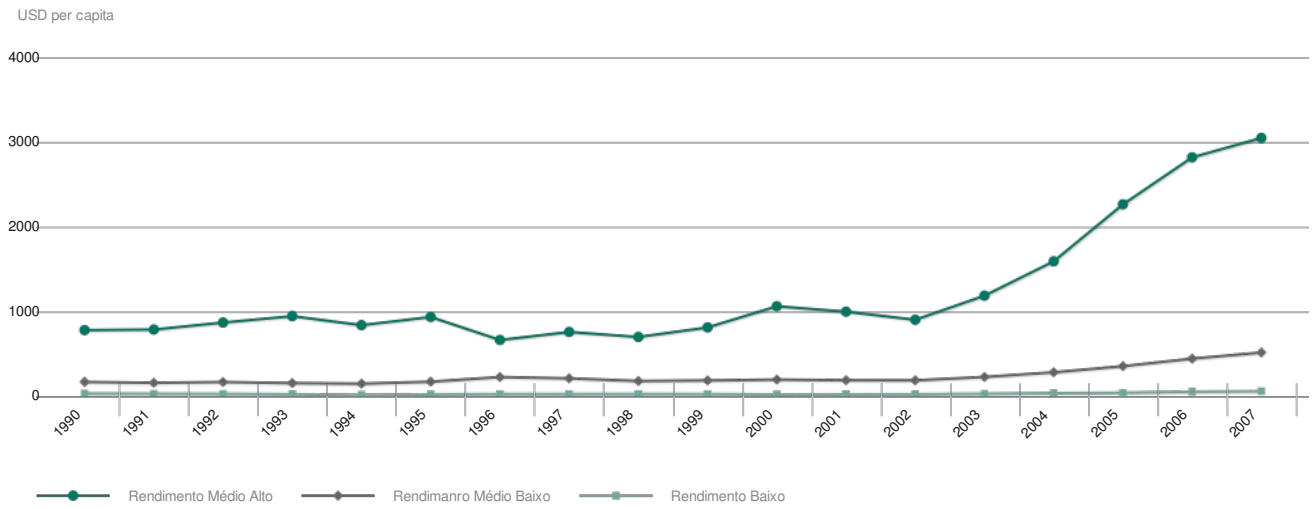
A tributação per capita calcula-se dividindo a totalidade dos impostos cobrados anualmente pelo número de habitantes. Em geral, este valor tem vindo a crescer no continente africano, ao longo das últimas duas décadas, embora o aumento tenha sido modesto nos países com baixo rendimento. A tributação per capita fornece uma medida intuitiva do montante das receitas fiscais que cada governo

dispõe, em média, para cada habitante. Por outras palavras, constitui a quantidade de dinheiro proveniente de impostos que o governo tem disponível, em média, para gastar em diversas coisas - desde a construção de estradas à disponibilização da educação pública - por cada habitante. A Figura 6 traça a evolução dos impostos per capita, para cada grupo de países segundo o seu rendimento, tal como na Figura 5.

Existem diferenças consideráveis entre os países africanos no que respeita aos níveis de receitas fiscais per capita. Em países como o Burundi, a República Democrática do Congo, a Etiópia e a Guiné-Bissau, os impostos anuais per capita situam-se em níveis muito baixos, como 11 dólares por habitante. É difícil visualizar um serviço público consequente, com um orçamento público anual per capita tão reduzido. No extremo oposto estão países como as Seicheles, a Líbia e a Guiné Equatorial, onde os impostos atingem valores de 3 600 USD/ano por habitante. Em 2008, a Guiné Equatorial recolheu 4 865 USD por habitante, principalmente como resultado do imposto petrolífero.

É necessário avaliar para além do nível geral de impostos num dado país. Para aceder ao sistema fiscal vigente num país, é importante analisar a composição relativa dos impostos, ou seja, o seu pacote fiscal.

Figura 6: Impostos per capita em África 1990-2007



Fonte: Cálculos dos autores, baseados nos inquéritos nacionais do PEA, 2010

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/866536566224

Pacote fiscal em África

Os Estados modernos arrecadam uma combinação de impostos, incluindo impostos sobre pessoas singulares e colectivas, impostos sobre consumo para bens e serviços específicos, impostos sobre os salários, impostos sobre a riqueza e o património, impostos sobre transferências, taxas de utilização e benefícios fiscais. O conceito de pacote fiscal refere-se ao equilíbrio dos vários impostos que compõem as receitas fiscais de um país. Para além do objectivo óbvio de obter receitas para financiar a despesa pública, a tributação é frequentemente utilizada para regular o comportamento social e económico e como instrumento para moldar a distribuição dos recursos económicos. O pacote fiscal é um indicador revelador do propósito particular para que cada imposto é criado, bem como dos seus efeitos sociais, ou seja, dos custos que impõe aos consumidores, trabalhadores e detentores de capital.

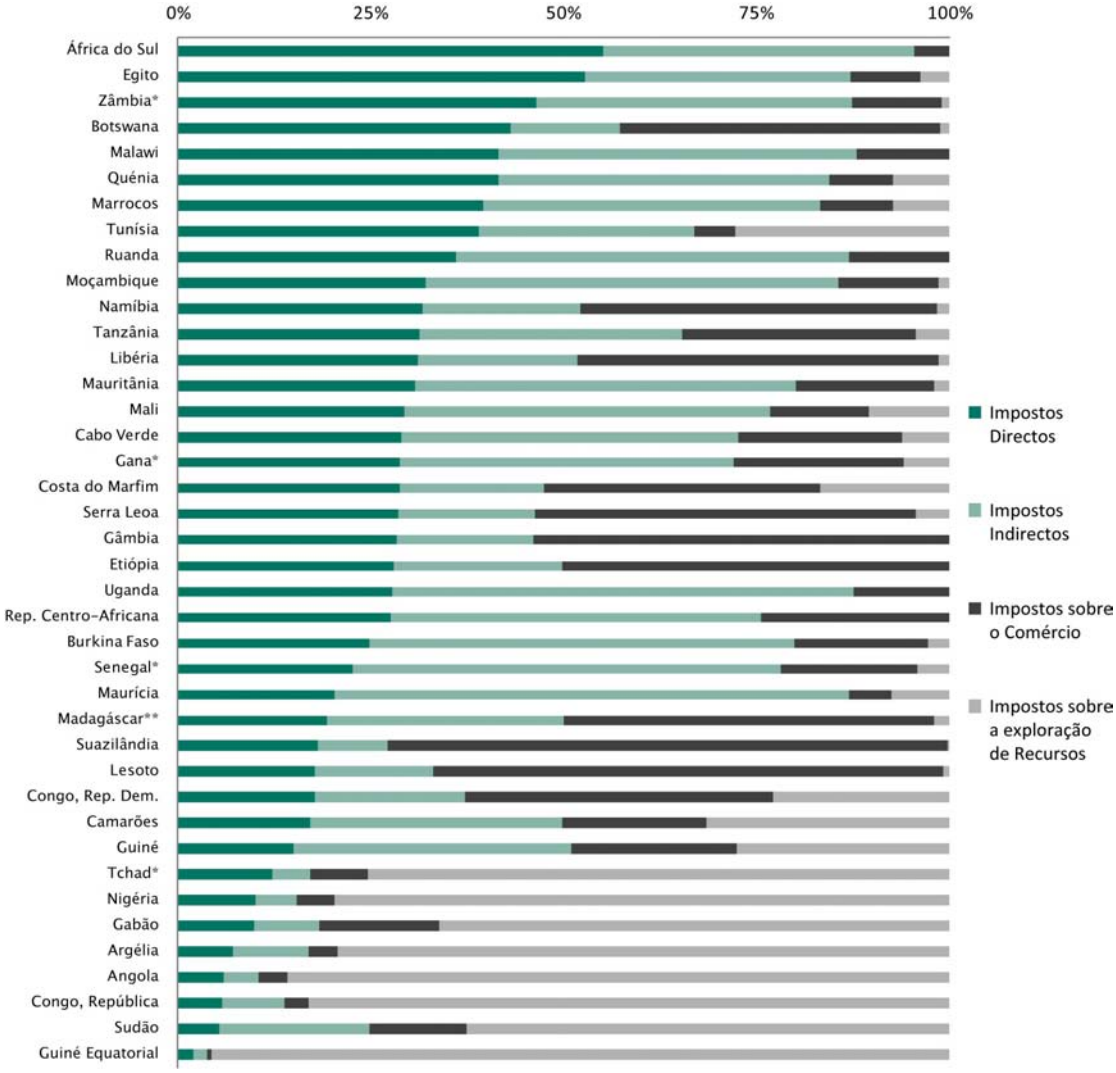
Os países da OCDE baseiam-se normalmente num pacote fiscal relativamente equilibrado. É economicamente mais eficiente, porque o custo social de cobrar qualquer tipo de impostos aumenta com o montante cobrado. Em primeiro lugar, os grandes contribuintes para determinado imposto são fáceis de identificar, enquanto é mais dispendioso seguir os pequenos contribuintes. Segundo, a tributação gera um comportamento de evasão fiscal que contém um custo. Terceiro, a resistência política e os custos administrativos da cobrança aumentam juntamente com o montante que é colectado. No entanto, deve salientar-se que os custos médios de cobrança para um novo imposto podem na verdade descer antes de subirem, uma vez que existem custos fixos para criar a capacidade administrativa necessária (pessoal, sistemas tecnológicos, etc.)

Os gráficos de barras da Figura 7 mostram a distribuição do pacote fiscal, em 2007, em percentagem das receitas fiscais totais nos países africanos. Conclui-se que existem grandes diferenças nos padrões de combinação de impostos aplicados em África. Um país

© BAfD/OCDE 2010

como a Africa do Sul obtém a maior parte das receitas fiscais através dos impostos directos, enquanto países como o Senegal e o Uganda se baseiam principalmente na tributação indirecta. O Quénia e a Mauritânia apresentam uma combinação relativamente equilibrada de vários tipos de impostos. Esta composição é também equilibrada na África do Sul, se tivermos em conta a importância dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares dentro dos impostos directos. Outros países, contudo, como a Argélia, a Guiné Equatorial, a Líbia e a Nigéria, baseiam-se quase exclusivamente num único tipo de imposto.

Figura 7: Distribuição do pacote fiscal, em 2007, em percentagem das receitas fiscais totais nos países africanos

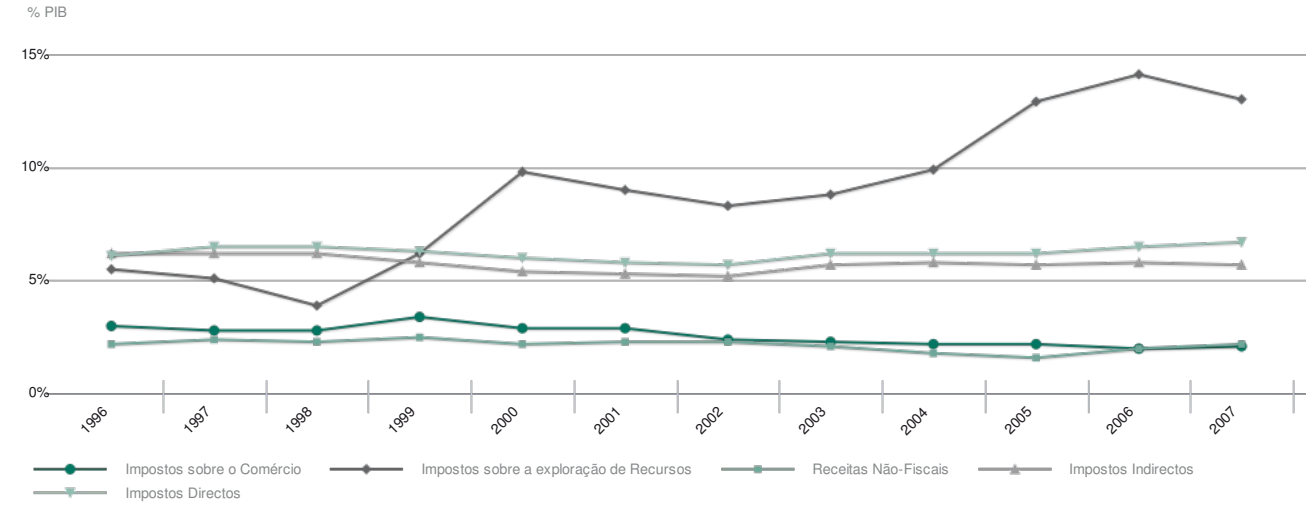


Fonte: Cálculos dos autores, baseados nos inquéritos nacionais do PEA, 2010. **Notas:** (*) 2006, (**) 2005

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848230114805

A Figura 8 traça a evolução média do pacote fiscal desde 1996 nos países africanos, para cada tipo de imposto, consoante o tamanho da economia e medindo o peso das receitas cobradas no PIB. Os impostos estão classificados em quatro categorias: impostos directos (principalmente impostos sobre o rendimento das pessoas singulares e colectivas), impostos indirectos (IVA, impostos de vendas, impostos sobre o consumo, etc), impostos sobre o comércio (na maioria impostos alfandegários) e impostos sobre a exploração de recursos. Os governos cobram, igualmente, receitas não-fiscais como o imposto de selo. A importância relativa dos impostos sobre o comércio tem declinado, em África, desde meados da década de 1990, enquanto os impostos directos têm vindo a aumentar moderadamente e os impostos indirectos registaram uma estagnação. O grosso do aumento nas receitas fiscais deve-se à subida exponencial da tributação sobre a exploração de recursos. O peso destes impostos no rendimento interno quase triplicou na última década. O decréscimo nos preços das matérias-primas no segundo semestre de 2008 coincidiu com a interrupção desta tendência – indicando que as receitas a partir desta fonte dependem, em grande medida, da volatilidade dos preços desses recursos.

Figura 8: Combinação de Impostos em África: montantes cobrados para cada tipo, em % do PIB.

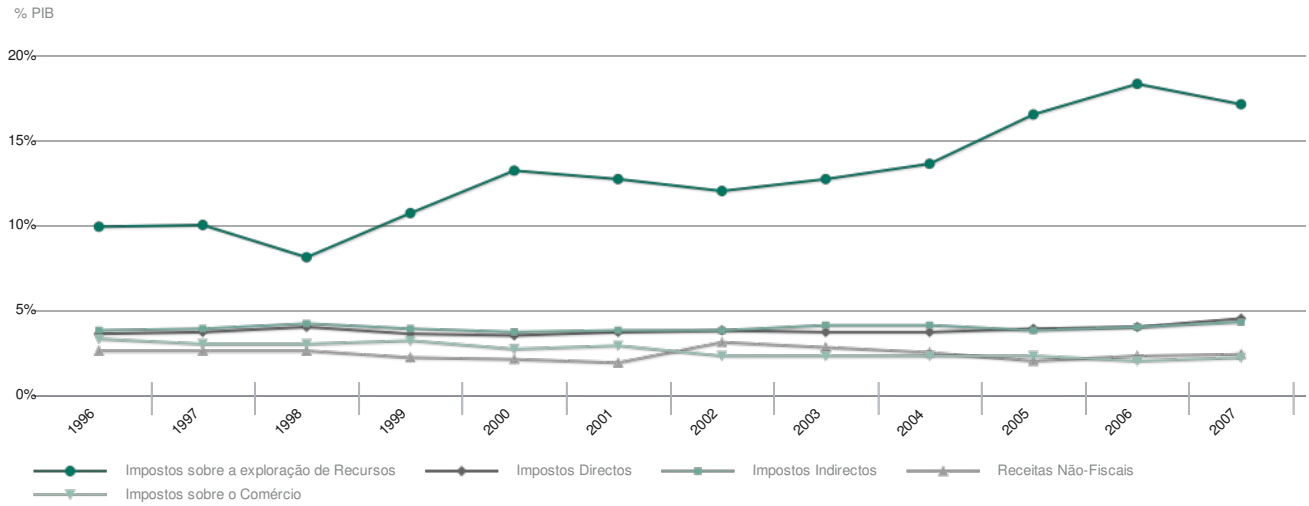


Fonte: Cálculos dos autores, baseados nos inquéritos de países do PEA 2010.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848281280420

Na Figura 9, os países são classificados consoante sejam produtores de petróleo ou não; esta classificação explica a evolução do pacote fiscal regular em África. Por um lado, os países produtores de petróleo arrecadam uma percentagem grande – e crescente – de receitas provenientes da extracção de recursos. A importância relativa de outros tipos de impostos relativamente ao tamanho da economia (medido pelo PIB) está estagnada nestes países. Por outro lado, os países não-produtores de petróleo obtiveram progressos mais modestos no aumento do rácio fiscal e tiveram de se basear noutras formas de tributação. Nestes países, são os impostos politicamente mais exigentes – os impostos sobre o rendimento de pessoas singulares e colectivas, juntamente com o IVA – que têm liderado o aumento lento e trabalhoso das receitas fiscais. Por outras palavras, apesar de os produtores de petróleo colectarem maiores receitas fiscais, os não – produtores têm, na realidade, receitas fiscais de maior qualidade.

Figura 9a: Pacote fiscal em países produtores e não-produtores de petróleo em África (Produtores de petróleo)

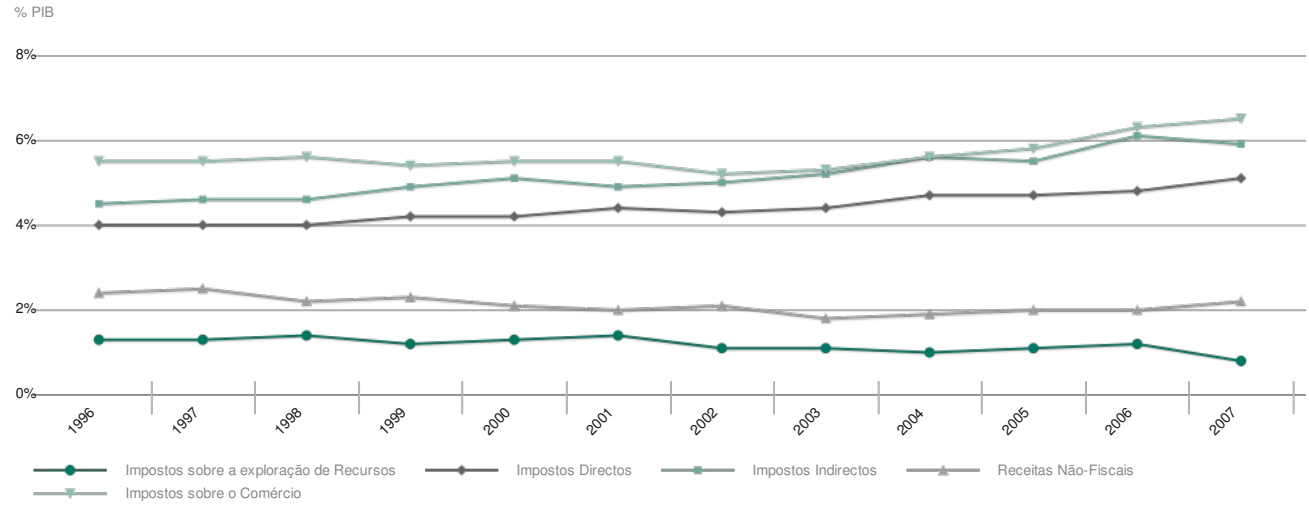


Fonte: Cálculos dos autores, baseados nos inquéritos de países do PEA 2010.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848352437247

© BAfD/OCDE 2010

Figura 9b: Pacote fiscal em países produtores e não-produtores de petróleo em África (Não produtores de petróleo)



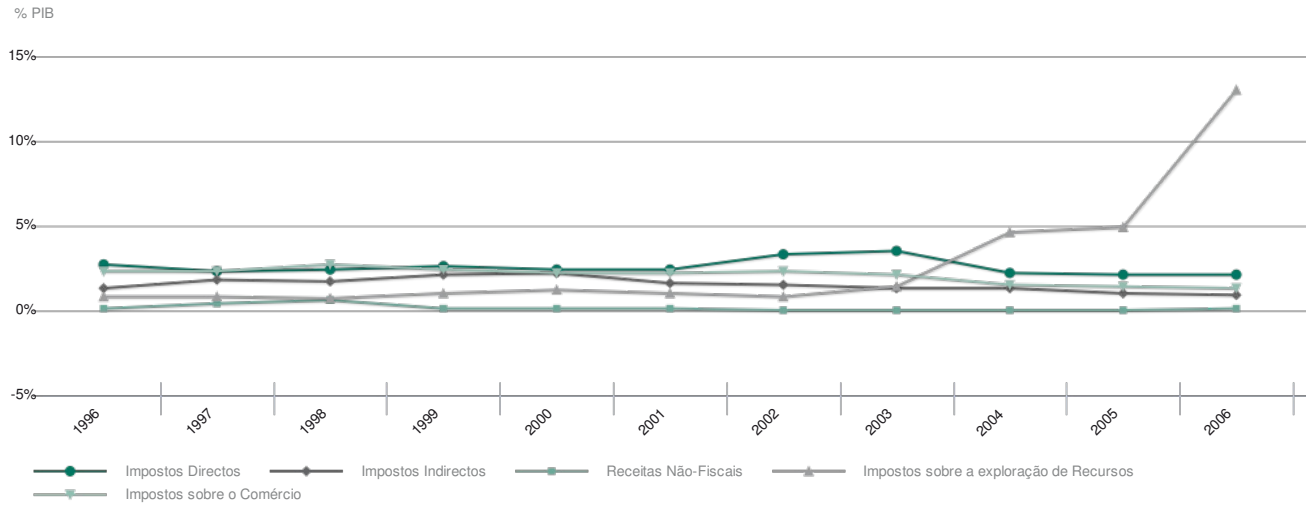
Fonte: Cálculos dos autores baseados nos inquéritos para as PEA, 2010.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848352437247

O período em análise engloba uma fase de crescimento rápido das matérias-primas e a entrada de novos produtores de petróleo no mercado. A Figura 10 fornece dois exemplos. O Chade iniciou a extracção petrolífera em 2003 e o país registou um acréscimo muito significativo das receitas dos impostos sobre os recursos no período imediatamente a seguir. Os outros tipos de impostos estagnaram no seguimento da extracção petrolífera. O aumento repentino dos preços do petróleo nos mercados mundiais também conferiu maiores receitas fiscais aos produtores de hidrocarbonetos. Na Líbia, por exemplo, a percentagem de receitas fiscais provenientes dos recursos naturais aumentou de 20% do rendimento interno, em 1999, para quase 70%, em 2007. Também neste país, os outros tipos de impostos estagnaram após o crescimento rápido dos preços petrolíferos.

Os países ricos em recursos naturais, incluindo os que descobriram recentemente petróleo ou minerais, têm tendência a substituir as receitas fiscais de outros impostos, directos, indirectos ou comerciais. Isto verifica-se na Argélia, Angola, Botsuana, Congo, Chade, Guiné Equatorial, Gabão, Líbia e Nigéria.

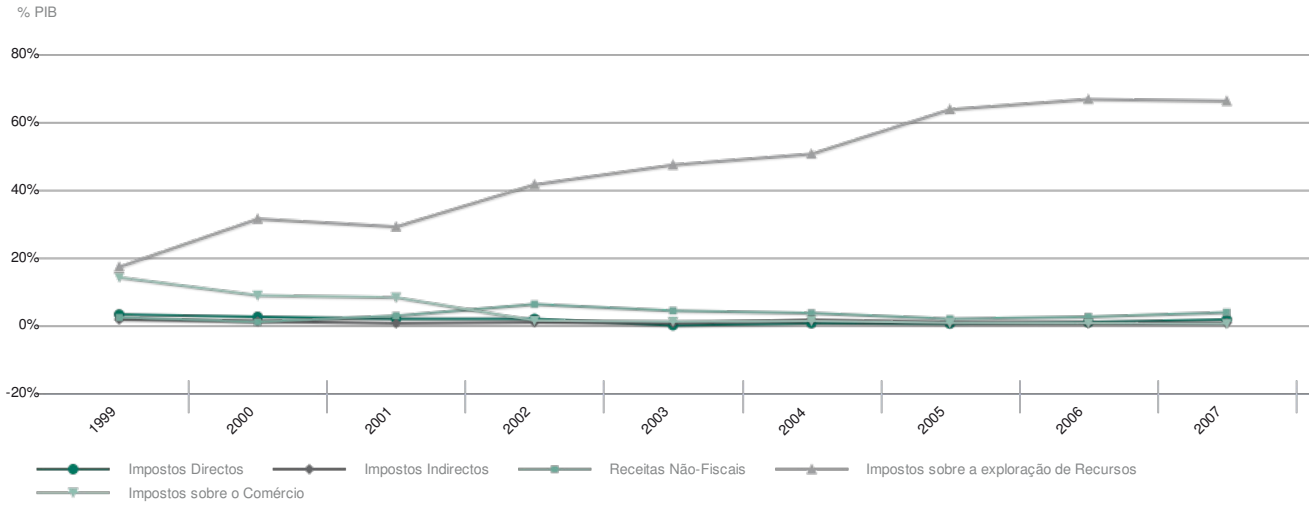
Figura 10a: Chade montante cobrado em cada tipo de Imposto, em % do PIB



Fonte: Cálculos dos autores, baseados nos inquéritos de países do PEA 2010.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848367160006

Figura 10b: Líbia montante cobrado em cada tipo de Imposto, em % do PIB



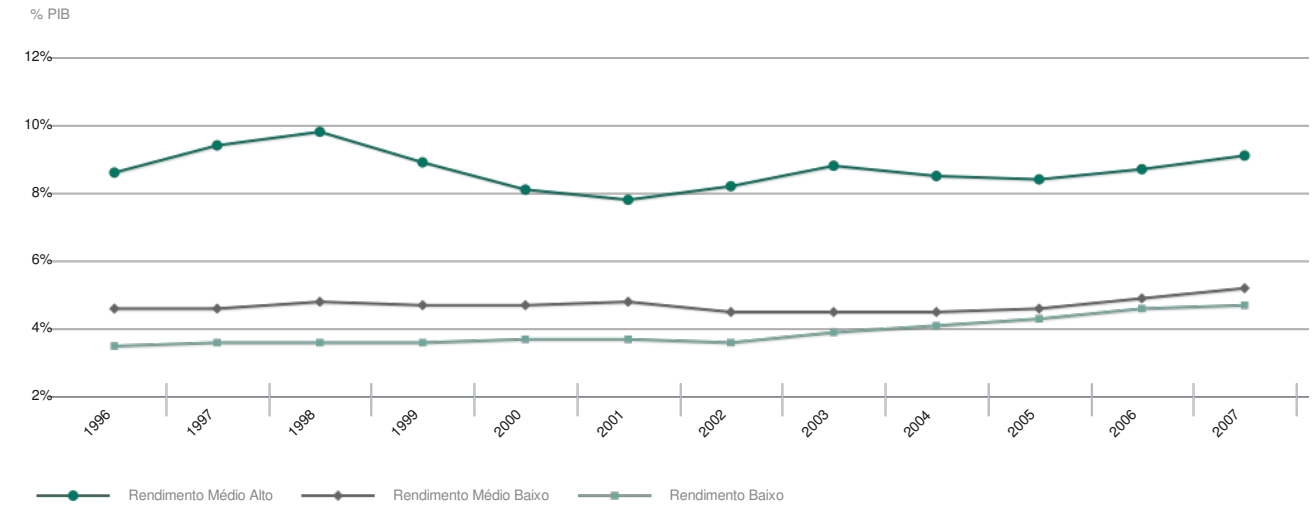
Fonte: Cálculos dos autores, baseados nos inquéritos de países do PEA 2010.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848367160006

Impostos Directos em África

A tributação directa consiste em impostos cobrados directamente sobre o rendimento de pessoas singulares ou sobre os lucros das empresas. Na última década, o peso da tributação directa no PIB registou um ligeiro crescimento em África, maioritariamente nos países de rendimento alto e médio como a África do Sul, o Botsuana, Marrocos, a Tunísia e o Zimbabué. No entanto, a tendência geral da tributação directa é de manutenção, como demonstra a Figura 11.

Figura 11a: Impostos directos em % do PIB, média dos países africanos

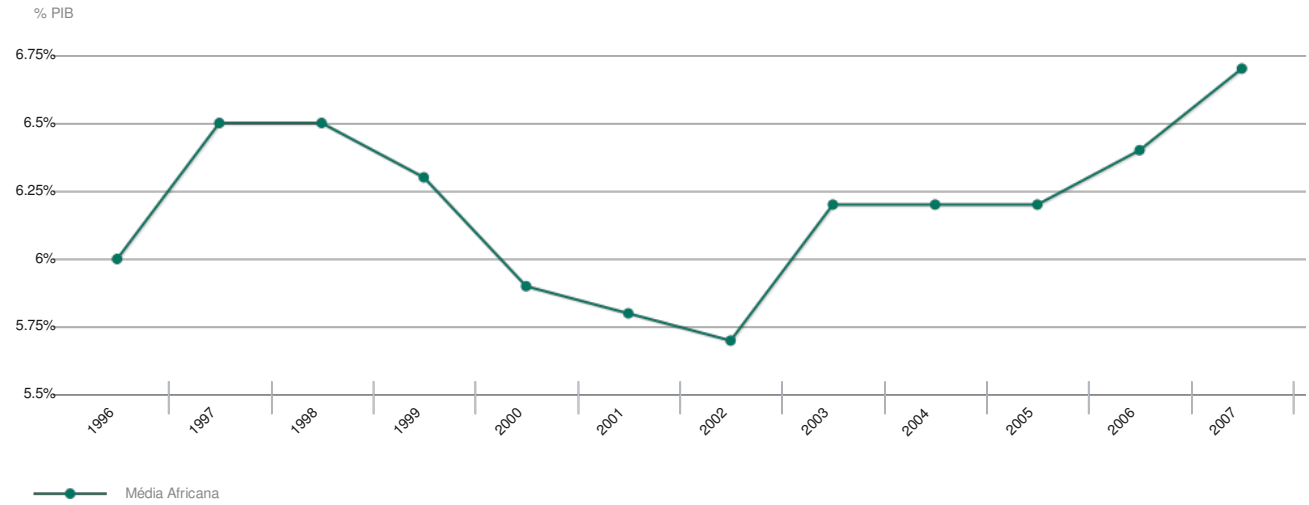


Fonte: Cálculos dos autores, baseados nos inquéritos de países do PEA 2010.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848368554372

© BAfD/OCDE 2010

Figura 11b: Impostos directos em % do PIB, média dos países africanos



Fonte: Cálculos dos autores, baseados nos inquéritos de países do PEA 2010.

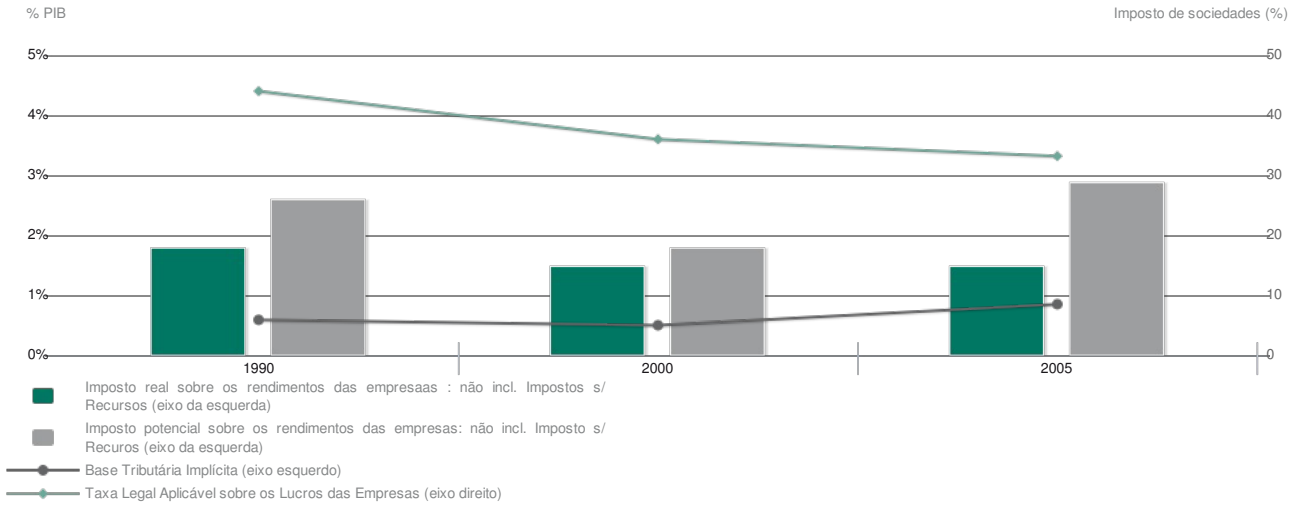
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848368554372

Este relatório contém evidências de que os países africanos estão a baixar lentamente as suas taxas de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares, num esforço de alargarem a sua base colectável. A maioria dos países aplica uma taxa progressiva, que varia entre 0% e 35%. Outros têm ainda um longo caminho a percorrer em termos de reformas. Por exemplo, o Togo diminuiu recentemente a sua taxa de 45% para 40%.

Os impostos sobre o rendimento das pessoas colectivas têm registado uma estabilidade no continente. A Figura 12 lança algumas pistas sobre as tendências subjacentes a esta estabilidade. Em primeiro lugar, a base tributária implícita – definida pelos autores como "rendimento", em relação ao PIB, derivada da maior taxa legal definida - tem subido devido a um aumento no peso que os lucros têm no rendimento nacional dos países africanos. Segundo, a taxa legal aplicável sobre os lucros empresariais têm, por sua vez, decrescido. Estas duas tendências combinadas resultam num aumento líquido das receitas fiscais provenientes do rendimento das empresas, que pode ser potencialmente reforçado. A terceira tendência, porém, é que os países africanos têm concedido muitas isenções fiscais a empresas, de tal forma que o peso das receitas fiscais (provenientes dos rendimentos empresariais) no PIB permaneceu uniforme.

Nos inquéritos realizados para este relatório, reportou-se que o montante cobrado nos impostos sobre os lucros empresariais tem sido persistente, não obstante a diminuição das taxas a que são tributados os lucros e de aumento do número e tipo de isenções concedidas aos investidores pelos Estados africanos.

Figura 12: Evolução dos Impostos sobre os lucros empresariais em África



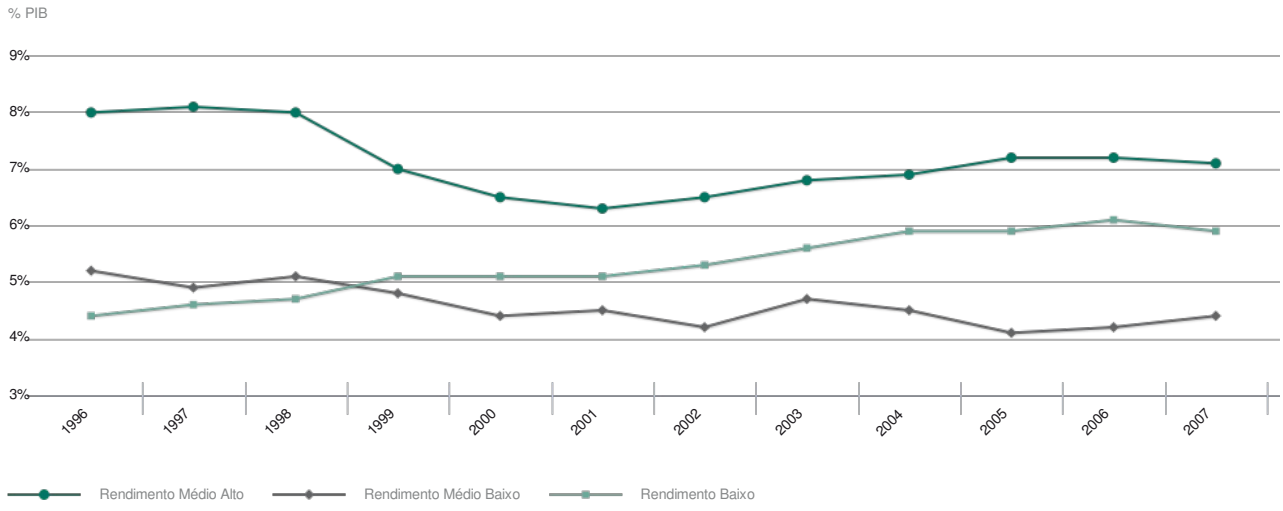
Fonte: Baseado em Keen and Mansour (2009).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848385303874

Impostos Indirectos em África

A tributação indirecta refere-se a impostos sobre o consumo cobrados em benefício do Estado. Estes incluem o IVA, impostos sobre vendas e impostos especiais sobre o consumo. A Figura 13 mostra que, durante a última década, no continente africano, a tributação indirecta diminuiu ligeiramente em percentagem do PIB. Esta tendência está ilustrada quando os países são classificados de acordo com o tamanho da sua economia. Os países que têm aplicado de forma significativa a tributação indirecta são a África do Sul, o Burkina-Faso, o Djibuti, o Lesoto, a Mauritânia, Marrocos, Moçambique, o Quénia, o Ruanda, o Senegal e a Zâmbia. Como se pode verificar na Figura 13, os países de baixo rendimento em África parecem recorrer mais à tributação indirecta do que países ligeiramente mais ricos.

Figura 13a: Impostos Indirectos em África – Impostos indirectos cobrados, em % do PIB

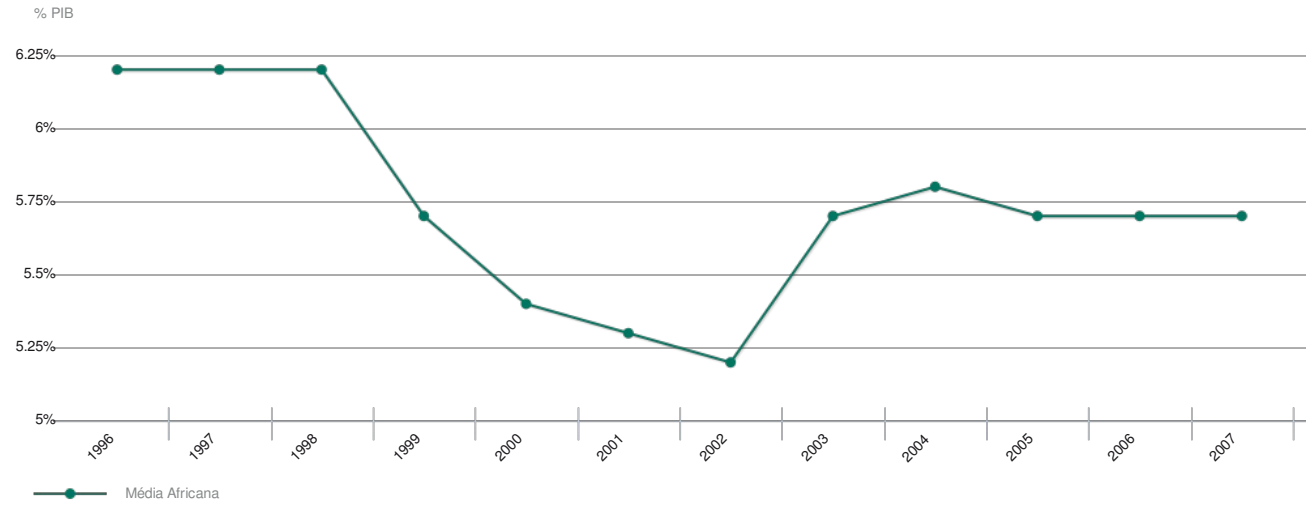


Fonte: Cálculos dos autores, baseados nos inquéritos de países do PEA 2010.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848403703464

© BAfD/OCDE 2010

Figura 13b: Impostos Indirectos em África – Impostos indirectos cobrados, em % do PIB



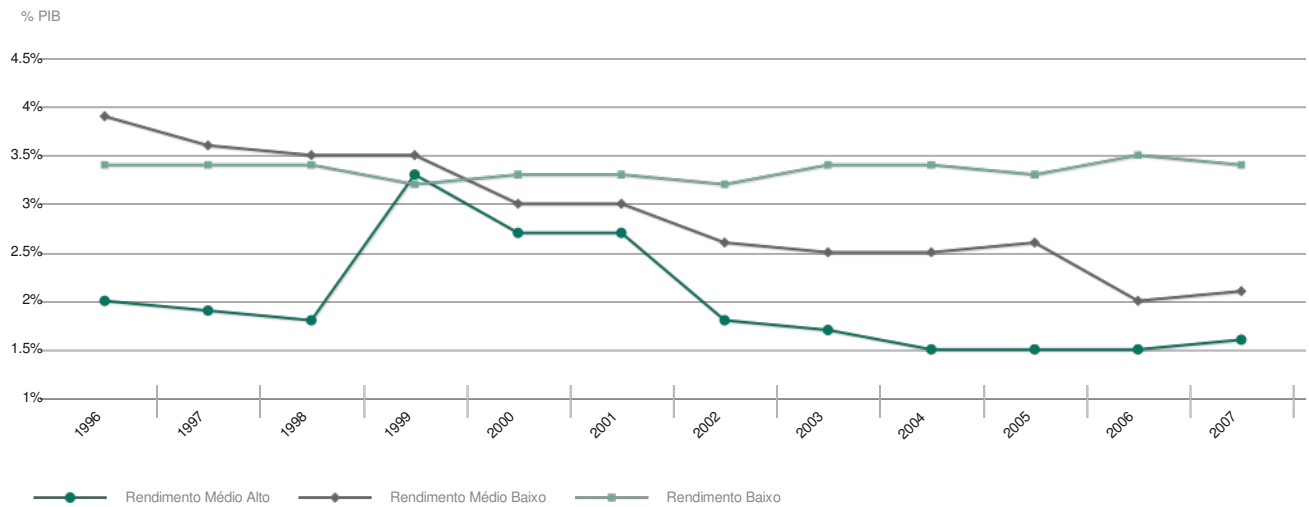
Fonte: Cálculos dos autores, baseados nos inquéritos de países do PEA 2010.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848403703464

Impostos sobre o comércio em África

A tributação sobre o comércio refere-se a impostos cobrados na zona de fronteira, na sua maioria direitos de importação e de exportação (embora estes últimos tenham desaparecido quase na totalidade). A Figura 14 demonstra que, quando os países são agrupados pelo tamanho da sua economia, as receitas dos impostos sobre o comércio em percentagem do PIB declinam em cerca de um terço. Esta diminuição tem ocorrido nos países de rendimento médio-alto e médio-baixo, enquanto as receitas fiscais do comércio nos países de rendimento baixo se manteve estável em termos de percentagem do PIB. As excepções são o Botsuana, a República Democrática do Congo, o Lesoto e a Suazilândia, onde o recurso a impostos sobre o comércio é o mais alto do Mundo. Em 2007-08, as receitas da União Aduaneira da África Austral (SACU) ultrapassaram metade de todas as receitas da Suazilândia, sendo este o país que mais utilizou impostos comerciais no período referido. No Botsuana, os impostos sobre comércio representam uma fatia menor das receitas governamentais, mas isto deve-se, principalmente, às altas receitas relativas a impostos sobre recursos naturais. Ainda assim, o peso dos impostos comerciais no rendimento ainda ultrapassa a média da África Subsaariana (FMI, 2009).

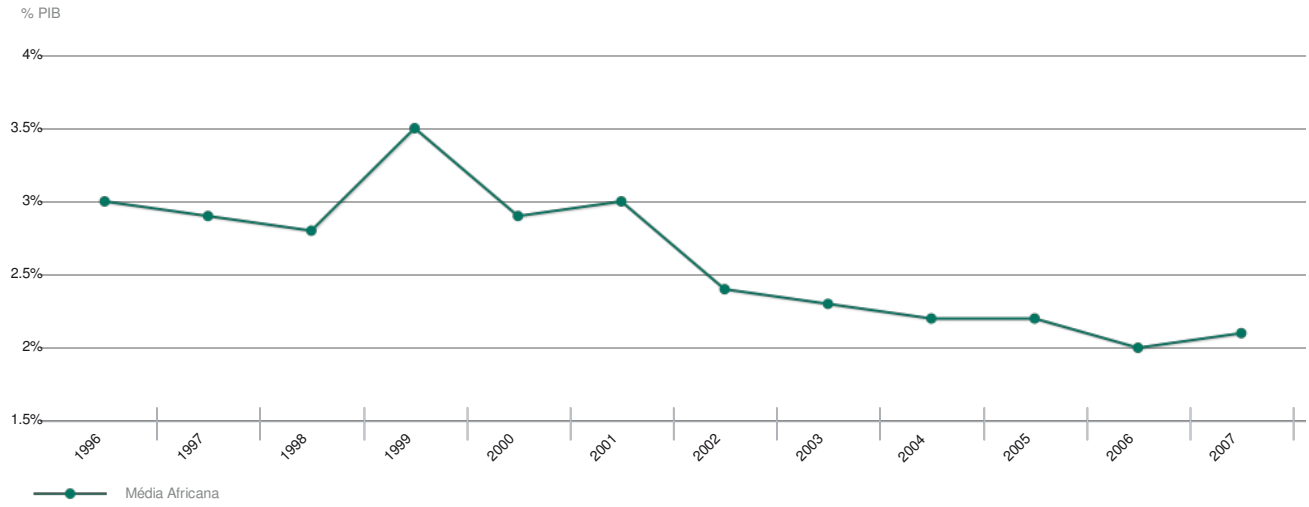
Figura 14a: Peso dos impostos sobre o comércio no PIB – Impostos comerciais cobrados, em % do PIB



Fonte: Cálculos dos autores, baseados nos inquéritos de países do PEA 2010.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848417480020

Figura 14b: Peso dos impostos sobre o comércio no PIB – Impostos comerciais cobrados, em % do PIB



Fonte: Cálculos dos autores, baseados nos inquéritos de países do PEA 2010.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848417480020

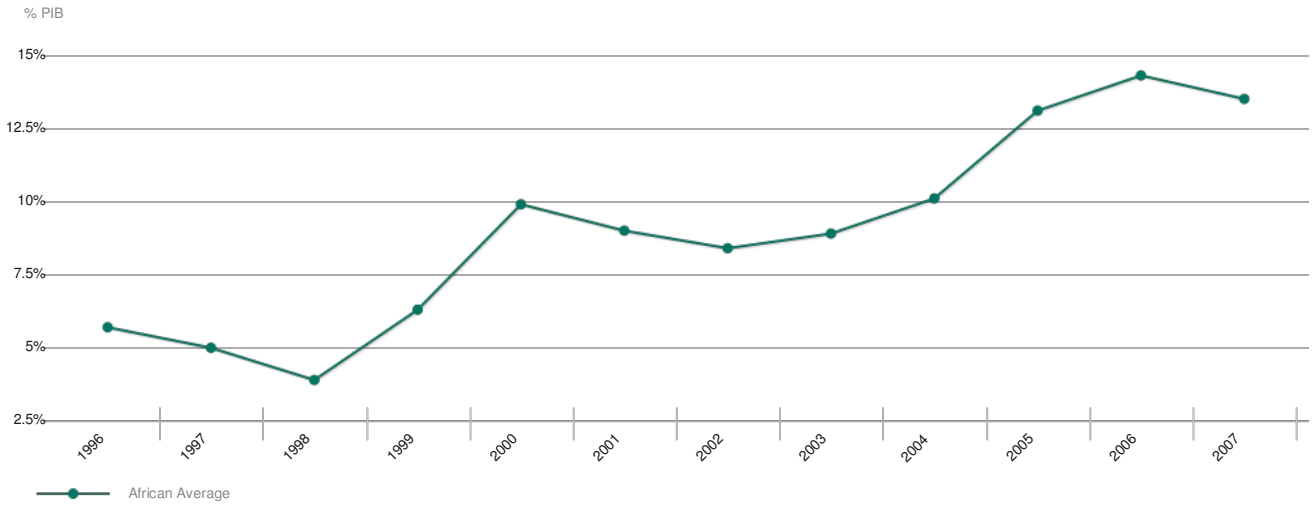
Colocando estas observações em perspectiva, refira-se que Keen e Mansour (2009) demonstram que, dos 40 países analisados por estes autores, 30 diminuíram o peso dos impostos comerciais no PIB entre 1980-82 e 2003-2005, de uma média de 7.4% para 4,2%. Apenas 10 países o aumentaram, em média de 3.2% para 4.8%. Os mesmos autores afirmam que, entre o início da década de 1980 e 2005, a tarifa média cobrada na África Subsaariana, definida em termos das receitas tarifárias divididas por importações em valor, caiu de mais de 20% para menos de 13%.

Receitas de Impostos sobre Recursos

Keen e Mansour (*ibid.*) analisaram novos dados que, pela primeira vez, fazem a distinção essencial entre os impostos regulares sobre o rendimento das empresas e as receitas de impostos sobre a exploração de recursos. Estas receitas são provenientes da tributação, à cabeça, das actividades de exploração de processamento de petróleo, gás e minerais, ou seja, principalmente direitos de propriedade (royalties) e impostos sobre o rendimento empresarial derivado da extracção desses recursos. A Figura 15 centra-se nas receitas dos impostos sobre recursos naturais. O aumento repentino deste tipo de receita fiscal no continente africano é impressionante, uma vez que, em média, as receitas dos impostos relativos a recursos quase triplicaram em percentagem do rendimento nacional, entre o final da década de 1990 e o começo da crise financeira. Desde então, têm-se retraído ligeiramente para uma média de aproximadamente 15% do PIB. Esta é ainda uma percentagem bastante elevada e encerra alguns números espectaculares, tais como 66% na Líbia e 39% em Angola.

© BAfD/OCDE 2010

Figura 15: Receitas de Impostos sobre os Recursos Naturais em África



Fonte: Cálculos dos autores, baseados nos inquéritos de países do PEA 2010.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848447546316

Desde 2009, a retoma nos preços do crude deve ter contribuído para recuperar as receitas fiscais provenientes dos recursos naturais, dos valores mais baixos ilustrados na Figura 15. Deve salientar-se que é previsível que estas receitas aumentem ainda mais no futuro. Tal como referem o Banco Mundial e o DFID (2009), "é urgente que os Estados abundantes em recursos minerais se envolvam numa renegociação dos contratos de exploração mineira na altura em que são desfavoráveis", sendo o FMI a instituição facilitadora adequada.

Esforço fiscal

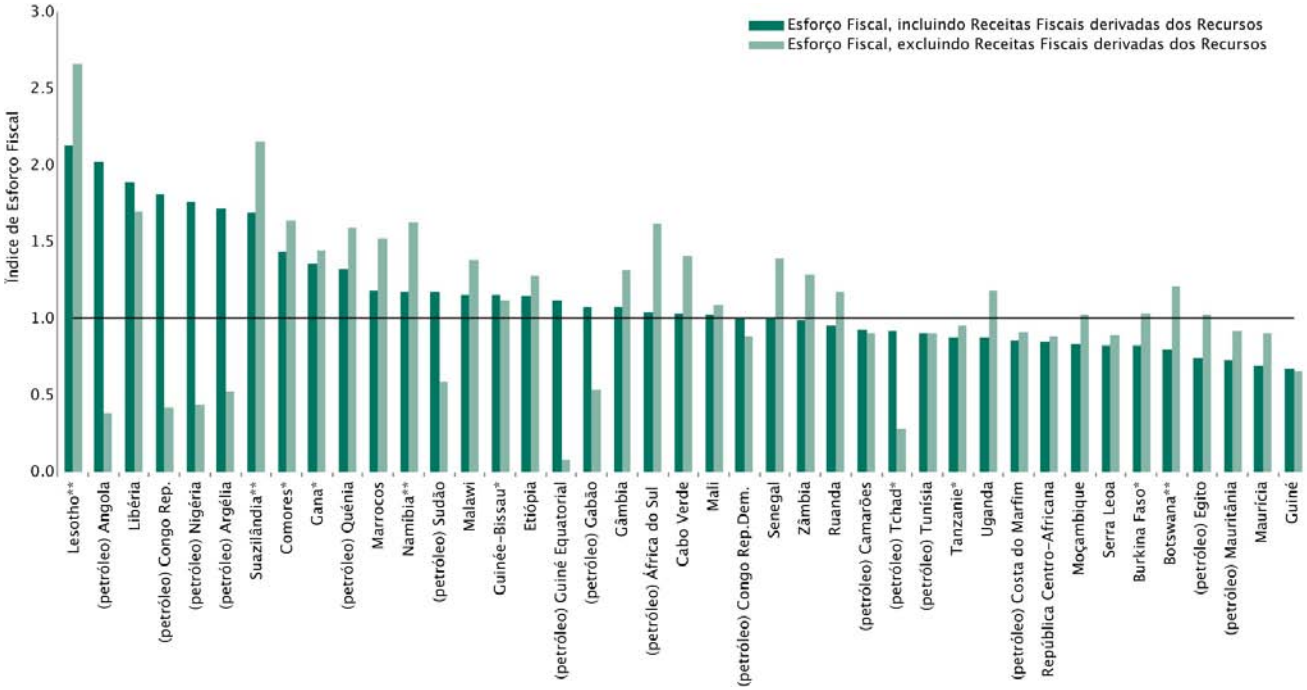
O esforço fiscal é um indicador que mede o desempenho de um país em termos de cobrança de impostos, em relação ao que seria razoavelmente esperado dadas as suas potencialidades económicas. É um rácio que, pela sua composição, é sempre positivo. O esforço fiscal calcula-se dividindo a sua quota fiscal real por uma estimativa de quanto o país devia ser capaz de arrecadar, de acordo com as características estruturais da sua economia. Os estudos identificam o nível geral de desenvolvimento económico de um país, a sua abertura ao comércio e a importância relativa da agricultura na produção interna, sendo estas as características que orientam a capacidade de um país em desenvolvimento cobrar impostos e, consequentemente, a sua quota fiscal. Em termos empíricos, estas características são avaliadas através do rendimento per capita, do rácio comércio/PIB e do peso da agricultura no PIB.

É previsível que a quota fiscal aumente com o PIB e com a quota do comércio externo, diminuindo com a quota da agricultura. Os países encravados, de baixo rendimento, e maioritariamente agrícolas, tendem a ter uma quota fiscal mais baixa do que os países costeiros, de rendimento médio-alto e com economias mais industrializadas. Quanto maior for o peso da agricultura numa economia, menor será provavelmente a quota dos impostos nessa economia, dada a dificuldade de tributar directamente a agricultura e o baixo nível de monetarização do sector agrícola (Aguirre *et al.*, 1981). Ao contrário, a existência de um grande sector industrial implica uma maior quota fiscal, uma vez que este sector está normalmente bem organizado, é altamente monetarizado e relativamente fácil de tributar em comparação com o sector agrícola. (Bird *et al.*, 2004). As comparações efectuadas com base no esforço fiscal são consideradas superiores às que se baseiam só nas quotas fiscais, porque tomam em consideração em que medida cada país explora o seu potencial fiscal (Piancastelli, 2001). Um rácio de esforço fiscal alto – acima de 1 – indica que o país está a angariar mais impostos do que seria previsível pelas características estruturais da sua economia. Já um rácio baixo – menor que 1 – revela que o país está a recolher menos impostos do que previsto, enquanto um esforço fiscal de cerca de 1 significa que a cobrança fiscal está de acordo com a estrutura económica do país.

Este relatório calcula o esforço fiscal para 42 países africanos. Nesse contexto, assume-se que o facto de um país ser ou não produtor de petróleo influencia o seu potencial fiscal, pelo que deve ser devidamente tomado em consideração. Assim, foram computadas duas medidas de esforço fiscal, estando os dois grupos de resultados ilustrados na Figura 16. A primeira medida baseia-se na quota fiscal de um país, incluindo possíveis receitas fiscais derivadas de recursos naturais. A segunda medida assenta numa quota fiscal ajustada, que exclui aquele tipo de receitas fiscais. Independentemente de qual o esforço fiscal analisado, observa-se uma grande variação no esforço fiscal, de cerca de 50% até 250%-300%. Isto significa que alguns países conseguem cobrar apenas metade do que seria previsível,

enquanto outros recolhem até 2 ou 3 vezes mais do que seria expectável. Vinte e quatro países têm um índice de esforço fiscal (incluindo as receitas fiscais provenientes dos recursos naturais) acima de 1, enquanto dezoito países registam índices abaixo desse valor.

Figura 16: Esforço Fiscal nos países africanos em 2007



Fonte: Cálculos dos autores, baseados nos inquéritos nacionais do PEA, 2010. **Notas:** (*) Dados de 2006, (**) As medidas de esforço fiscal do Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia reflectem a sua pertença à União Aduaneira da África Austral (SACU), que cobra centralmente os direitos aduaneiros e depois os redistribui pelos Estados-membros.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/848521801284

A Figura 16 também demonstra que, em alguns países, a medida do esforço fiscal não é afectada pelo facto de se tomarem em conta (ou não) as receitas dos impostos sobre recursos naturais. Países como o Gana, o Lesoto, a Libéria e a Suazilândia apresentam um esforço fiscal elevado independentemente da medida utilizada, enquanto outros países como a Guiné-Conakri, Madagáscar e as Maurícias mostram um esforço fiscal reduzido em ambos os tipos de estimativas. Contudo, existe igualmente um grupo de países que transitam de um esforço fiscal baixo para alto, quando se incluem as receitas fiscais derivadas dos recursos naturais. Este grupo é formado pela Argélia, Angola, Congo, Guiné Equatorial e Nigéria. O caso do Chade é um exemplo a salientar, apresentando um esforço fiscal relativamente baixo, o qual diminui ainda mais quando se subtrai a receita fiscal proveniente do petróleo. A Tabela 1 resume os dois conjuntos de resultados para os países que mais diferem entre os dois tipos de estimativa. Os valores do esforço fiscal para alguns países ricos em recursos são muito susceptíveis ao facto de se considerarem, ou não, as receitas dos impostos sobre recursos. O esforço fiscal pode ser enganador quando se incluem as receitas fiscais dos recursos. É questionável qual o volume de "esforço" que deve ser dedicado à tributação da extracção de recursos naturais, por oposição a outras fontes fiscais politicamente mais onerosas, tais como o consumo, os salários e os lucros em tipos comuns de actividades.

© BAfD/OCDE 2010

Tabela 1: Esforço fiscal includindo rendimento dos recursos e excludindo receita dos recursos, 2007

	Esforço fiscal incl. rendimento dos recursos	Esforço fiscal excl. rendimento dos recursos
(petróleo) Angola	2.02	0.39
(petróleo) Congo, Rep.	1.82	0.42
(petróleo) Nigéria	1.76	0.44
(petróleo) Algéria	1.72	0.53
(petróleo) Guiné Equatorial	1.12	0.08
(petróleo) Chade*	0.92	0.28
(petróleo) Sudão	1.17	0.58
(petróleo) Gabão	1.07	0.54
Botsuana	0.8	1.21
Namíbia	1.17	1.63
Sazilândia	1.69	2.16
(petróleo) África do Sul	1.04	1.62

* 2006
Fonte: Dados para 1992-2007, estimativas para 2007.

Apesar da tendência das quotas fiscais em África ser encorajadora, esta tem sido impulsionada maioritariamente pela tributação das actividades de extracção de recursos. Isto pode escamotear o facto de muitos países africanos poderem estimular mais outros tipos de tributação. Com efeito, se utilizarmos a medida de esforço fiscal que exclui as receitas dos impostos sobre recursos naturais, obtemos dados reveladores: vários países que recolhem níveis de impostos relativamente modestos registam bons resultados em termos de esforço fiscal. Isto significa que os governos destes países solicitam dos seus cidadãos e empresas uma contribuição muito maior para o esforço fiscal nacional, em comparação com a maioria dos países ricos em recursos naturais. Entre esses países contam-se o Burkina-Faso, a Etiópia, Ruanda, a Tanzânia e o Uganda. Em suma, os países produtores de petróleo têm sido os principais impulsionadores do grande aumento quantitativo das quotas fiscais médias no continente africano, enquanto os países não-produtores de petróleo são os que têm registado maiores progressos no alargamento da base tributária.

From:

African Economic Outlook 2010

Access the complete publication at:
https://doi.org/10.1787/aeo-2010-en

Please cite this chapter as:

OECD/African Development Bank/United Nations Economic Commission for Africa (2010), "O estado da mobilização de recursos públicos em África", in *African Economic Outlook 2010*, OECD Publishing, Paris.

DOI: https://doi.org/10.1787/9789264086982-8-pt

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.